

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo			
Circulante		8.932	7.349
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.492	484
Aplicações financeiras	5	627	-
Contas a receber	6	24.556	24.650
(-) PCLD	6	-18.708	-20.673
Estoques		90	146
Impostos a recuperar	7	7	723
Outras contas a receber		868	2.019
Não circulante		30.184	32.429
Depósitos judiciais		-	-
Investimentos		1.690	1.260
Bens destinados para venda		-	1.405
Imobilizado	8	28.410	29.558
Intangível	9	84	205
Total do ativo		<u>39.116</u>	<u>39.778</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante		19.429	18.014
Fornecedores	10	4.982	5.225
Empréstimos e financiamentos	11	1.969	5.845
Obrigações sociais e trabalhistas	12	6.750	5.275
Impostos a pagar		974	777
Parcelamento tributário		-	46
Outras contas a pagar		-	93
Provisão de Contingências	13	3.007	753
Não circulante		2.060	3.153
Empréstimos e financiamentos	11	1.215	3.077
Partes Relacionadas	14	845	76
Patrimônio líquido		19.374	18.611
Capital social	15	11.931	1.931
Reservas de Lucro	15	7.442	16.679
Total do passivo e patrimônio líquido		39.116	39.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil S.A.



Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional líquida	16	65.505	63.969
Custo dos produtos vendidos	17	-21.036	-25.821
Lucro bruto		<u>44.469</u>	<u>38.148</u>
Despesas comerciais	18	-2.897	-1.989
Despesas administrativas e gerais	18	-30.990	-33.229
Outros resultados operacionais	18	-372	-7.959
Lucro operacional		<u>10.210</u>	<u>-5.029</u>
Receitas financeiras	19	1.242	976
Despesas financeiras	19	-9.725	-5.841
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.727</u>	<u>-9.894</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	-646	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-
Lucro líquido do exercício		<u><u>1.081</u></u>	<u><u>-9.894</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil S.A.



Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	1.081	-9.894
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	<u>1.081</u>	<u>-9.894</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de incentivos fiscais	Resultado de Incorporação	Resultados acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.931	-	-	-2.735	31.153	30.349
Retificação de erros de exercícios anteriores	-	-	-	-	-495	-495
Lucros e reservas	-	-	-	2.735	-2.735	-
Subscrição Realizada	-	-	-	-	-	-
Sociedade por conta de partição	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-9.894	-9.894
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-1.350	-1.350
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.931	-	-	-	16.679	18.610
Retificação de erros de exercícios anteriores	-	-	-	-	-2.724	-724
Lucros e reservas	10.000	-	-	-	-10.000	-
Subscrição Realizada	-	-	-	-	-	-
Sociedade por conta de partição	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.081	1.081
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	2.000	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-1.042	-1.042
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.931	-	-	-	7.442	19.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedade Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil S.A.



Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais	4.453	-6.427
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	1.081	-9.894
Ajuste de exercícios anteriores	724	-495
Depreciações e amortizações	2.648	3.982
Variação nos ativos e passivos operacionais:	4.573	12.210
Redução (aumento) das contas a receber	-3.617	5.935
Redução (aumento) dos estoques	56	169
Redução (aumento) de outros ativos	2.843	-987
Aumento (redução) de fornecedores	-243	4.395
Aumento (redução) de outros passivos	5.534	2.699
Caixa gerado nas atividades operacionais	9.026	5.783
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado/intangível/investimentos	-1.379	-1.342
Investimentos permanentes	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	7.647	4.441
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	-
Resultado de empréstimos e financiamentos	-4.969	-5.769
Resultado de incorporação	-	-
Pagamento de dividendos e JSCP	-1.042	-1.350
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-6.011	-7.119
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa no período	1.635	-2.677
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	484	3.161
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.119	484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Seção A - Informações gerais

1 Informações gerais

A Sociedade Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil S.A., pessoa jurídica de direito privado como Sociedade por Ações de Capital Fechado, cadastrada no **CNPJ 04.204.407/0001-91**, com sede à Avenida Marginal Leste, nº 3.600, BR 101, KM 132, Bairro dos Estados, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, constituída em 20/12/2000, tributada pelo Lucro Real Trimestral, tem como principais operações: Ensino fundamental; Aluguel de imóveis próprios; Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais; Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares; Atividades de rádio; Comércio varejista de artigos de papelaria; Cursos de pilotagem; Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; Edição de jornais diários; Edição de livros; Edição de revistas; Educação profissional de nível técnico; Educação profissional de nível tecnológico; Educação superior - graduação e pós-graduação; Ensino médio; Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente; Pesquisas de mercado e de opinião pública; Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos; Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; Testes e análises técnicas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão demonstradas na seção F, Nota 19. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findos em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) reguladas pela Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1001 em conformidade com o International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as práticas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Seção B – Riscos

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Provisão para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões para contingências (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, no final do exercício, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 19.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas elaboradas por especialistas internos e revisadas pela Administração e levam em consideração estimativa de taxa de desconto e de crescimento de receitas, dentre outras, conforme detalhamento na Nota 11 (e).

(c) Mensuração de valor justo nas combinações de negócios

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 - Combinação de negócios e identifica os itens de ativos e passivos a serem registrados. Nesse contexto, utiliza-se de julgamentos para identificar os ativos intangíveis adquiridos, bem como passivos contingentes assumidos. Estimativas são utilizadas para determinação do valor justo dos ativos e passivos da combinação e também do ágio.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia efetua análises para fazer face a perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos e registra quando a Administração identifica evidência objetiva de perda.

(e) Intangíveis de vida útil definida e indefinida

A Companhia possui intangíveis identificados oriundos de combinações de negócios ou adquiridos, sendo eles licenças, que possuem vida útil indefinida, e carteira de clientes e marcas, que possuem vida útil definida. As licenças referem-se aos certificados obtidos junto aos órgãos reguladores para que as atividades de ensino possam ser exercidas e as mesmas são emitidas em caráter definitivo, sendo por isso tratadas como vida útil indefinida. No caso das marcas e carteira de clientes entende-se que, sua vida útil é aproximada ao ciclo de entrada e saída dos alunos, ou seja, de 4 a 5 anos.

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos intangíveis identificados que possuem vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 19.10. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. A estimativa de vida útil para determinados ativos intangíveis é feita pela Administração com base no seu histórico e experiência no setor com relação ao uso desses intangíveis.

(f) Arrendamentos mercantis

A avaliação da classificação entre arrendamento operacional e financeiro leva em consideração estimativas de valor justo de imóveis arrendados para as atividades da Companhia, bem como estimativas de vida útil dos mesmos considerando o uso na sua operação. As estimativas de valor justo estão baseadas em laudos de terceiros especializados, assim como a vida útil estimada.

(g) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos financeiros que fazem parte das operações da Companhia, são avaliados e reconhecidos no registro inicial os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

adversos no desempenho financeiro da Companhia, não tendo como prática a utilização de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas.

(a) Risco de mercado

O risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto e longo prazo, debêntures, compromissos de arrendamento e aplicações financeiras substancialmente atreladas a taxas pós fixadas ao certificado de depósitos interbancário (CDI). A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, avaliando cenários e levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, a Companhia monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado de forma centralizada, que decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A política de vendas da Companhia está intimamente associado ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES, que vem diminuindo a cada semestre em função da redução na oferta de bolsas pelo Governo Federal e formatura dos alunos antigos.

A Companhia mantém registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição e análise de crédito (SPC e Serasa).

A Administração monitora os riscos de crédito específicos e não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia, concentra os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários com instituições financeiras e fundos de investimentos com rating institucional mínimo de brBBB, pela Standard & Poors, BBB(br), pela Fitch Ratings, e Baa1.br, pela Moody's.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(c) Risco de liquidez

É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(d) Risco regulatório

A análise dos aspectos regulatórios no setor educacional pela Companhia serve de instrumento para a tomada de decisão por parte do mantenedor, visando melhorar o desempenho da instituição pela identificação de oportunidades de ganhos e impacto de perdas.

A Companhia possui análise periódica de riscos regulatórios, visando mitigar ou minimizar os impactos dos mesmos, principalmente no tocante à disponibilização das vagas relativas ao PROUNI

e ao FIES e à compreensão das regras desses programas, e no monitoramento e acompanhamento

de manutenções e/ou cursos, no cenário político atual, aguarda posicionamento do novo Governo para avaliar eventuais mudanças no ambiente regulatório, não esperando grande impacto em suas operações.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários.

5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	18	-
Bancos	1.473	484
Aplicações financeiras	627	-
	<u>2.118</u>	<u>484</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez diária, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos aplicados destinam-se ao financiamento da expansão de seu negócio, por meio de: (i) aquisições; e (ii) investimentos em seu crescimento orgânico, que engloba a expansão e infraestrutura de polos da rede de ensino a distância e investimentos para a instalação de novas unidades presenciais.

6 Contas a Receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Mensalidades a receber	24.885	24.027
Créditos educativos a receber	1.417	623
Total	<u>26.302</u>	<u>24.027</u>
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PCLD		
(-) Saldo do PCLD	-18.708	-20.673
(-) Provisão do Ano	-1.965	-8.809
Total	<u>7.594</u>	<u>3.977</u>

7 Tributos a recuperar

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRRF a recuperar	7	6
IRPJ a recuperar	-	511
CSLL a recuperar	-	205
	<u>7</u>	<u>722</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8 Imobilizado

A composição do imobilizado é conforme segue:

	2023			2022	
	Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	0	0	0	2.500
Máquinas e equipamentos	558	74	3.762	-3.688	3.524
Instalações	11	0	161	-161	241
Benfeitorias em imóveis de terceiros	443	0	1247	-1.247	14.233
Móveis e utensílios	539	0	3.337	-3.337	4.430
Computadores e Periféricos	256	0	2.857	-2.857	1.027
Veículos	-41	100	272	-172	75
Equipamentos e Materiais Didáticos	533	2	3.354	-3.351	3.529
Imobilizações em andamento	-	0	0	0	0
		177	14.988	-14.812	0

	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023
Custo					
Terrenos	2.500	0	0	0	2.500
Máquinas e equipamentos	6.728	0	74	0	6.653
Instalações	390	0	0	0	390
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15.037	1.120	0	0	16.157
Móveis e utensílios	7.228	118	0	0	7.346
Computadores e Periféricos	3.628	89	0	0	3.717
Veículos	388	0	100	0	288
Equipamentos e Materiais Didáticos	6.349	0	2	0	6.347
Imobilizações em andamento	0	0	0	0	0
	42.248	1.327	177	0	43.398
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	3.204	558	0	0	3.762
Instalações	150	11	0	0	161
Benfeitorias em imóveis de terceiros	804	443	0	0	1.247
Móveis e utensílios	2.798	539	0	0	3.337
Computadores e Periféricos	2.601	256	0	0	2.856
Veículos	313	-41	0	0	272
Equipamentos e Materiais Didáticos	2.821	533	0	0	3.354
	12.690	2.299	0	0	14.989
	29.557	-971	177	0	28.410

A movimentação do ativo imobilizado no ano de 2022 está demonstrada conforme a seguir:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A movimentação do ativo intangível no ano de 2022 está demonstrada conforme a seguir:

	<u>2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>2022</u>
Custo					
Marcas e patentes	4	-	-	-	4
Direito de uso de software	1.069	3	199	-	873
	<u>1.072</u>	<u>3</u>	<u>199</u>	<u>-</u>	<u>877</u>
Amortização					
Direito de uso de software	539	133	-	-	672
	<u>533</u>	<u>-130</u>	<u>199</u>	<u>-</u>	<u>205</u>

10 Fornecedores

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores nacionais	4.982	5.225
Fornecedores exterior	-	-
	<u>4.982</u>	<u>5.225</u>

11 Empréstimos e financiamentos

(a) Movimentação

A movimentação da dívida é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021/2020	8.998	14.766
Saldo Curto Prazo 2021/2020	5.845	6.837
Saldo Longo Prazo 2021/2020	3.153	7.929
Capitalização	1.666	3.265
Juros capitalizados	68	1.154
Amortização	4.979	6.896
Juros amortizados	1.590	983
Total Curto Prazo 2022/2021	1.969	5.845
Total Longo Prazo 2022/2021	2.060	3.153
Total em 31 de dezembro de 2022/2021	4.028	8.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

12 Salários e encargos sociais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários, honorários e participações a pagar	1.100	861
Contribuições sociais a recolher	4.415	3.067
Provisões de férias	1.234	1.347
	<u>6.749</u>	<u>5.275</u>

13 Provisão para Contingências

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Trabalhista	349	753
Civil	2.658	-
	<u>3.007</u>	<u>753</u>

A Instituição efetuou a entrega do imóvel alugado para W.P.H Administradora S.A., no dia 31/12/2022, no qual está sendo julgado processo, sobre a quebra do contrato, constituindo assim provisão Civil de provável perda no valor de R\$ 2.658.478,25.

14 Partes Relacionadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Mohamad Hussein Abou Wadi	544	-
Arnoldo Werner Neto	-	76
Cláudio Piccoli	301	-
	<u>845</u>	<u>76</u>

15 Capital social e reservas

(a) Capital social

No dia 11/12/2023, foi realizada uma AGE, na qual foi deliberado aumento no valor do capital social, através de retenção de lucros, em R\$ 10.000.000,00, e em decorrência houve alteração no estatuto social, alterando o capital social para o montante de R\$ 11.931.843,55.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é representado por 1.434.500 ações ordinárias sem valor nominal, e de 2.250 ações preferenciais da classe A, 465.500 ações preferenciais da classe B, bonificadas de emissão da companhia, totalizando no período R\$ 11.931.843,55.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(b) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía saldo registrado como reserva de capital.

(c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R\$ 2.386.368,71 em reserva legal. A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, até o limite de 20% do capital social e tem por fim assegurar a integridade do capital social somente podendo ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(d) Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R\$ 5.055.349,06 de retenção de lucros. A retenção de lucros representa a parcela do lucro, destinada para conta de reserva de retenção de lucros para futuro investimento de capital, que é objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

(e) Dividendos

Os acionistas titulares de ações preferenciais da Classe A da Companhia terão direito de receber a título de dividendos fixos, em cada exercício, o valor de R\$ 707,49 por ação preferencial da Classe A, tendo prioridade em relação as ações ordinárias da Companhia. As demais classes de ações da Companhia terão direito ao recebimento do montante de 1% (um por cento) do Lucro Líquido Ajustado a título de dividendo mínimo obrigatório.

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B
Espólio Artenir Werner	465.500	630	465.500
André Werner	61.750	78	
Isabel Regina Depiné Poffo	42.750	331	
Arnoldo Werner Neto	152.000	12	
Mohamad Hussein Abou Wadi	475.000	630	
Claudio Piccoli	185.250	60	
Bernardo Werner da Rocha	33.250	380	
Gabriela Depiné Poffo	19.000	129	
	1.434.500	2.250	465.500

As ações preferenciais Classe B têm as seguintes características, direitos e vantagens: a) não conferem direito a voto a seus titulares, mas garantem a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia; b)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

respeitada a prioridade de distribuição de dividendos na forma do art. 17 do Estatuto Social, conferirão aos seus titulares o direito a receber, em igualdade de condições com as demais classes e espécies de ações, parcela do lucro líquido ajustado do exercício e/ou juros sobre capital próprio; c) poderão ser convertidas em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, à proporção de 1:1, observado o disposto no Acordo de Acionistas; e d) o direito de eleger e destituir a qualquer tempo, em votação em separado 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia (“Membro Preferencialista”); conforme previsão do §2º do Art. 6º do Estatuto Social, e das Cláusulas 11.2 e 14.4.4 do Acordo de Acionistas.

Através de notificação extrajudicial, foram feitas as vendas das ações de Isabel Regina Depiné Poffo e Gabriela Depiné Poffo, para o sócio Mohamad Hussein Abou Wadi, em 15/12/2023.

Através de processo judicial 5018577-77.2023.8.24.0005 tem-se que vigente decisão que determinou a saída da sociedade os sócios Espólio Artenir Werner, André Werner, Arnaldo Werner Neto, e Bernardo Werner da Rocha, ficando assim suas ações em suspenso até finalização do processo.

Após alterações, o quadro de ações ficou da seguinte forma:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B
Mohamad Hussein Abou Wadi	536.750	1.090	
Claudio Piccoli	185.250	60	
Ações suspensas – definição judicial	712.500	1.100	465.500
	1.434.500	2.250	465.500

16. Receita líquida dos serviços prestados

	2023	2022
Mensalidade de ensino médio	2.299	1.624
Mensalidade de graduação	46.226	42.147
Mensalidade de pós-graduação	2.992	6.537
Outras receitas	22.041	16.192
Receita bruta de vendas	73.558	66.500
Deduções da receita	4.588	-
Impostos incidentes sobre os serviços	3.465	2.531
Deduções da receita	8.053	2.531
Receita operacional líquida	65.505	63.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

17 Custos dos serviços prestados

	<u>223</u>	<u>2022</u>
Pessoal e encargos sociais	17.804	21.746
Serviços prestados	871	1.028
Energia elétrica, água e telefone	751	938
Depreciação e amortização	438	720
Custos acadêmicos	1.172	1.389
	<u>21.036</u>	<u>25.821</u>

18 Despesas comerciais, gerais e administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários, encargos e benefícios	9.731	7.857
Comissões	163	100
Despesas comerciais	2.410	1.878
Serviços de terceiros	2.072	2.610
Manutenção	1.135	602
Aluguéis	6.933	13.363
Publicidade e propaganda	487	111
Depreciação	2.089	3.022
Outros gastos gerais	7.493	4.431
Gastos com T.I	1.064	747
Viagens e hospedagens	190	415
Impostos e taxas	372	308
Amortização	121	221
Total de despesas	<u>34.260</u>	<u>35.665</u>

19 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Juro sobre aplicações	124	55
Juros recebidos	612	717
Descontos obtidos	9	108
Outras receitas	16	96
	<u>761</u>	<u>976</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	1.590	983
Descontos concedidos	11.377	4.137
Juros pagos	259	255
Despesas bancárias	403	466
	<u>13.628</u>	<u>5.841</u>
Resultado financeiro	<u>-12.868</u>	<u>-4.865</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

20 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

Seção F - Políticas contábeis

21 Resumo das políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

21.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

21.3 Ativos e passivos financeiros

21.3.1 Reconhecimento inicial e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nas categorias de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida) e ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais)

21.3.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e depósitos e bloqueios judiciais.

21.3.3 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os ativos financeiros da Companhia classificados valor justo por meio do resultado incluem títulos e valores mobiliários.

21.3.4 Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

21.3.5 Reconhecimento inicial e mensuração de passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, compromissos a pagar e obrigações de arrendamento mercantil.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

21.3.6 Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

21.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços arrecadados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

Contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("impairment").

21.5 Redução do valor recuperável de ativos financeiros (inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa)

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Para as contas a receber de clientes, dada a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras consolidadas, pela adoção.

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pois de acordo com a avaliação da Companhia, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

21.6 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações financeiras da controladora, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill é apresentado como parte do investimento. Os mesmos ajustes feitos nas demonstrações financeiras consolidadas são feitos nas demonstrações financeiras individuais para se chegar aos mesmos valores de patrimônio líquido e resultado.

21.7 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" no consolidado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(b) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado da relação com o aluno.

(c) Licenças e implantações de *softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(d) Credenciamento e licenças de operação

Os credenciamentos e as licenças de operação são capitalizados com base nos gastos incorridos junto ao Ministério de Educação referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos oferecidos, assim como recredenciamento das Unidades. Os credenciamentos e as licenças têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de vigência das licenças obtidas junto ao Ministério da Educação.

(e) Conteúdo digital

O Conteúdo digital é capitalizado com base nos custos incorridos para adquirir direitos de uso de conteúdos digitais a serem utilizados na prestação de serviço da Companhia. Esses custos são amortizados durante o prazo do contrato.

(f) Convênios

Os convênios são capitalizados com base nos custos incorridos para firmar contratos, junto a empresas parceiras, que confirmam aos alunos da Companhia o direito de exercer as atividades de graduação complementares, necessárias para sua formação acadêmica. Esses custos são amortizados durante o prazo dos referidos contrato.

(g) Fundo de comércio

São ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundo de comércio). São amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de aluguel dos imóveis alugados.

(h) Intangíveis identificados em aquisições - Licenças de cursos

As licenças de cursos identificadas em aquisições referem-se basicamente aos valores de licenças e credenciamentos de cursos perante o MEC e são registradas inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios. Esses ativos identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade.

(i) Intangíveis identificados em aquisições - Marcas registradas

As marcas identificadas em aquisições são registradas inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios. Esses ativos identificados em aquisições possuem vida útil definida e estão sujeitos a amortização calculada pelo método linear para alocar o custo. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

durante sua vida útil estimada.

21.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perda para *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

O imobilizado em andamento refere-se à construção de novos prédios e adequação de prédios de terceiros à atividade da Companhia. Semestralmente os saldos deste grupo são revisados e transferidos para as suas devidas contas, se concluídos, para início da depreciação.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

21.9 Custos de empréstimo capitalizados

O custo histórico do imobilizado inclui juros sobre de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

21.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, “Unidades Geradoras de Caixa” (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

21.11 Fornecedores e compromissos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

21.12 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida de um passivo de arrendamento a pagar.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em obrigações de arrendamentos mercantis. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

21.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

21.14 Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

21.15 Provisões

As provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

julgamentos dos consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

21.16 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Para as unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos “PROUNI”, as atividades de ensino superior de graduação gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica “IRPJ” e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido “CSLL”.

(b) PIS e COFINS

Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos “PROUNI”, incidem o Programa de Integração Social “PIS” e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social “COFINS” nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos “PROUNI” são isentas do Programa de Integração Social “PIS” e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social “COFINS”.

(c) PROUNI

As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica “IRPJ” e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido “CSLL”, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 29 de dezembro de 1991; e,
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

(d) ISS

As receitas das atividades de ensino incidem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza "ISS", conforme regulamentado na lei complementar 116/2003, nas alíquotas de 3,00% a 5,00%, a depender do município. O tributo é reconhecido de acordo com o reconhecimento de receita da Companhia.

21.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

21.18 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço.

A Companhia aderiu, em outubro de 2013, ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), criado pelo Ministério da Educação (MEC) para expandir a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores brasileiros. As receitas são geradas com base na bolsa-formação, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação de serviço, considerando a confirmação de presença por cada aluno, de acordo com as condições e requisitos do programa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Companhia registra como desconto os encargos educacionais decorrentes dos contratos de financiamento garantidos pelos alunos que aderiram ao FGEDUC de acordo com a Portaria Normativa Nº 21 de 21 de outubro de 2010, Portaria Normativa Nº 14 de 28 de junho de 2012 e Portaria Normativa Nº 3 de 3 de janeiro de 2014. Os encargos educacionais somam 5,63% da receita oriunda dos alunos que possuem adesão ao FGEDUC pelo FIES. Adicionalmente, a partir de 2016 foi incluído um novo desconto de 2% relativos aos encargos FIES, conforme Medida Provisória Nº 741 ("MP 741").

(b) Receitas e despesas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

21.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que estabelece valor de R\$ 707,49 por ação preferencial da Classe A, tendo prioridade em relação as ações ordinárias. As demais classes de ações da Companhia terão direito ao recebimento do montante de 1% (um por cento) do Lucro Líquido Ajustado a título de dividendo mínimo obrigatório. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O efeito fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

João Jorge Fernandes
Junior
Diretor Presidente
CPF: 003.484.289-60

Adriana Cristina Peron
Silveira Heusser
Diretora Vice-Presidente
CPF: 050.684.429-33

José Luiz Vailatti
Contador
CRC/SC nº 26.366/O-0
CPF: 005.915.329-64

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.